



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

Lei nº 1.588/2013

**Ementa:** Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício financeiro de 2014.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, Prefeito Constitucional do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Seção Única

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2014 no montante de R\$ 51.627.000,00 ( Cinquenta e um milhões seiscentos e vinte e sete mil reais ) fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5º da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde e assistência social.

## CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL. Seção I Da Estimativa da Receita

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 51.627.000,00 (Cinquenta e um milhões seiscentos e vinte e sete mil reais ), assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal dos Poderes do Município: R\$ 39.863.000,00 ( Trinta e nove milhões oitocentos e sessenta e três mil reais );

II - Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 11.764.000,00 ( Onze milhões setecentos e sessenta e quatro mil reais ), onde:

a) R\$ 6.211.000,00 ( Seis milhões, duzentos e onze mil reais ) compreende receitas de saúde;

b) R\$ 509.000,00 ( Quinhentos e nove mil reais ) compreende receitas de assistência social;

c) R\$ 5.044.000,00 ( Cinco milhões e quarenta e quatro mil reais ) correspondente às receitas da entidade de previdência dos servidores municipais (RPPS).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

Art. 3º. A receita orçada será realizada mediante a arrecadação dos tributos e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada no Anexo 01, que integra e acompanha esta Lei, distribuída por categoria econômica e origem, sendo:

RECEITAS	VALOR (R\$)
I - RECEITAS CORRENTES	48.114.600,00
a) Receita Tributária	1.750.000,00
b) Receita de Contribuições	1.730.000,00
c) Receita Patrimonial	348.000,00
d) Receita de Serviços	99.000,00
e) Transferências Correntes	42.903.600,00
f) Outras Receitas Correntes	1.284.000,00
II - RECEITAS DE CAPITAL	5.150.000,00
a) Operações de Crédito	100.000,00
b) Alienação de Bens	50.000,00
c) Transferências de Capital	5.000.000,00
III - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.817.000,00
IV - DEDUÇÕES DE RECEITAS (-)	4.454.600,00
V - TOTAL DAS RECEITAS	51.627.000,00

Art. 4º. As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada no art. 3º estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Parágrafo único. As fontes de recursos estão discriminadas em demonstrativo específico anexo a esta Lei.

### Seção II Da Fixação da Despesa

Art. 5º. A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita, discrimina por Função, Poderes e Órgãos, em R\$ 51.627.000,00 ( Cinquenta e um milhões seiscentos e vinte sete mil reais ) e desdobrada, nos termos da LDO, em:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 34.461.710,00 ( Trinta e quatro milhões quatrocentos e sessenta e um mil setecentos e dez reais );

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 17.165.290,00 ( Dezessete milhões cento e sessenta e cinco mil duzentos e noventa reais ):

a) R\$ 10.744.290,00 ( Dez milhões setecentos e quarenta e quatro mil duzentos e noventa reais ) compreende despesas com saúde;

b) R\$ 2.591.000,00 ( Dois milhões quinhentos e noventa e um mil reais ) são despesas com assistência social;

c) R\$ 3.830.000,00 ( Três milhões oitocentos e trinta mil reais ) corresponde às despesas do RPPS.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

**Parágrafo único.** Do montante das despesas fixadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do art. 5º R\$ 5.401.290,00 ( Cinco milhões quatrocentos e um mil duzentos e noventa reais ) serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 165, § 2º da Constituição Federal.

### Seção III

#### Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas.

Art. 6º. A Despesa total, fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos, está discriminada nos Anexos 06 a 09, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e será realizada através dos Órgãos Orçamentários, mediante o Programa de Trabalho, assim discriminada por Função e Órgão apresentando no Anexo 9 a discriminação da despesa por órgão e no Anexo 8 a despesa por função e vínculo.

Art. 7º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa, com a totalização da tabela abaixo:

CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR (R\$)
a) DESPESAS CORRENTES	41.271.480,00
b) DESPESAS DE CAPITAL	8.013.000,00
c) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.342.520,00
TOTAL DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	51.627.000,00

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 40% (Quarenta por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964 e disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

§ 1º. O limite estabelecido no art. 8º passa para 50% (cinquenta por cento) para as suplementações de dotações destinadas ao atendimento das seguintes despesas:

- I - do Poder Legislativo;
- II - de pessoal e encargos;
- III - com previdência social;
- IV - com o pagamento da dívida pública;
- V - de custeio dos sistemas municipais de educação, de saúde e assistência social;
- VI - despesas destinadas à defesa civil, combate aos efeitos de catástrofes, secas e as epidemias;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO**

VII - despesas para execução de investimentos com recursos de transferências voluntárias do Estado e da União.

§ 2º - A reserva de contingência, estabelecida nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, será utilizada como recursos orçamentários para suplementação de dotações destinadas ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos fiscais, consoante disposições da LDO de 2014, sem onerar o limite autorizado no caput deste artigo.

Art. 9º. As alterações ou inclusões de modalidade de aplicação, bem como as permutas de fontes de recursos, nos grupos de despesas não constituem créditos adicionais ao Orçamento.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

##### **Seção Única**

##### **Da Autorização para Realizar Operações de Crédito**

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação, saneamento e outros investimentos públicos, assim como para aquisição de equipamentos, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000, de Resoluções do Senado Federal, disposições da legislação pertinente e compatibilidade com programas federais.

Art. 11. Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a contratar Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), nos termos da legislação aplicável.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Seção Única**

##### **Das Disposições Gerais**

Art. 12. A utilização de dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos.

Art. 13. Na fixação dos valores das dotações para pessoal estão consideradas margens de expansão referentes as projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do §1º do art. 169 da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, inclusive a expansão das despesas com o aumento do salário mínimo que vigora a partir de janeiro de 2014.

Art. 14. O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações consignadas às unidades



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

orçamentárias, atendendo às disposições do parágrafo único do art. 14 e às do art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 15. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar despesas à efetiva realização das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.

Art. 16. O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas a fim de obter o equilíbrio financeiro.

Parágrafo único. Decreto Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, após a publicação desta Lei.

Art. 17. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos de 1º Janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito, 05 de dezembro de 2013.

  
**Felipe Porto de Barros Wanderley Lima**  
Prefeito.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### TERMO DE PUBLICAÇÃO

Aos 05 (cinco) dias de dezembro de 2013, fica publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Canhotinho-PE, a **Lei 1.588/2013** (Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício financeiro de 2014), em anexo ao presente termo.

Canhotinho, 05 de dezembro de 2013.

**Robson de Almeida Pereira**  
Secretário de Administração

PUBLICADO EM  
05/12/13  
(Rui)